

# RESENHA DO LIVRO *GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO*, DE ALINE CARNEIRO SILVEROL E GABRIELA RODRIGUES GOIS

Eduardo Biacchi Gomes<sup>1</sup>  
Lúcio Carvalho de Mello<sup>2</sup>

## Introdução

Esta resenha pretende oferecer ao leitor um instrumento auxiliar para estudo da geografia populacional brasileira através de dados atualizados e relevantes para entendimento da realidade do país.

## Resenha

Os estudos e as estimativas populacionais são imprescindíveis para tentarmos entender a economia e o mundo em que vivemos. A geografia da população cumpre papel fundamental, por conta da necessidade de entendimento dos processos resultantes do aumento populacional, da qualidade de vida, das migrações, entre outros. Afinal, somos seres sociais inseridos em uma sociedade complexa.

Em nossa época é fundamental dominar os estudos populacionais e suas nuances, pois, as dinâmicas demográficas são determinantes em relação à qualidade de vida das populações, interferem nos serviços básicos, bem como em preços, no trabalho, no consumo, na balança comercial, entre outros aspectos importantes para toda a sociedade.

Portanto, importam informações como as reveladas pelo Atlas da Violência de 2017, 2018 e 2019, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), segunda as quais a população jovem negra é a principal vítima de homicídios no Brasil.

A desigualdade racial pode ser vista também quando verificamos a proporção de mulheres negras entre as vítimas da violência letal: 66% de todas as mulheres assassinadas no país em 2017. O crescimento muito superior da violência letal entre mulheres negras em comparação com as não negras evidencia a enorme dificuldade do Estado brasileiro para garantir a universalidade de suas políticas públicas (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2019).

---

<sup>1</sup> Professor orientador. Doutorado em Direito pela UFPR e Pós-Doutorado em Estudos Culturais pela UFRJ. E-mail: eduardo.g@uninter.com.

<sup>2</sup> Bacharel Licenciado em Filosofia pela UFPR e Graduando em Direito pela UNINTER. E-mail: luciomello.lmc@gmail.com.

A lógica contraditória do capitalismo também contribui para a destruição das condições materiais fundamentais para sua reprodução, isto é, da natureza. O esgotamento dos solos, a destruição de matas nativas, a extinção de animais e as mudanças climáticas (aquecimento global) são consequências de uma dinâmica socioprodutiva que exaure recursos necessários à existência humana.

As reflexões teóricas de Karl Marx ao longo do século 19 se preocupavam com o entendimento da vida social e política impactada pelo modo de produção capitalista. Para tanto, o teórico desenvolveu uma abordagem metodológica denominada, posteriormente, materialismo histórico. Segundo Netto (2011), tal abordagem pode ser definida, em linhas gerais, como um método de compreensão da realidade social que considera o contexto histórico e as relações materiais da sociedade.

O pensamento geográfico orientado pelo marxismo parte da premissa de que as relações sociais, econômicas e produtivas incidem profundamente sobre o espaço, a partir da produção e circulação de mercadorias, das relações sociais e produtivas mediadas pelo capitalismo, pela produção e reprodução das desigualdades socioeconômicas e espaciais.

A partir da segunda metade do século 20, com o fortalecimento da perspectiva crítica da geografia de orientação marxista, os estudos populacionais nesta disciplina deixaram de ser meramente descritivos e adotaram postura mais analítica, ao problematizar fenômenos sociais.

As análises demográficas feitas por órgãos oficiais, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), consideram indicadores como renda, saúde e educação para avaliar a dinâmica populacional em diversos países, além do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Um indicador comumente utilizado é o Índice de Gini, para analisar o nível de concentração de renda entre a população rica e pobre. Numericamente, quando o índice é igual a 0, significa uma situação de igualdade máxima de renda; por outro lado, se for igual a 1, indica situação de desigualdade máxima. Se tomarmos o Brasil como exemplo, veremos que, entre 2016 e 2018, o índice de Gini variou de 0,537 a 0,545; ou seja, em dois anos, a concentração de renda aumentou no país (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019). Conforme Damiani (1998, p. 26), “[...] um norte-americano, por seu nível de vida, sobrecarrega os recursos e a natureza 20 a 50 vezes mais do que uma pessoa desfavorecida de um país subdesenvolvido.”

Hoje sabemos que as dinâmicas demográficas e de desenvolvimento, mundialmente, não devem ser interpretadas de forma reducionista.

No âmbito produtivo da agricultura, o uso de motomecanização e de insumos químicos como pesticidas, fungicidas, herbicidas e fertilizantes abriram a possibilidade de expansão da

produção de alimentos. Tal intensificação produtiva é conhecida na literatura como *Revolução Verde*, iniciada em países desenvolvidos e subdesenvolvidos (ou em desenvolvimento) a partir das décadas de 1950 e 1960.

Atualmente, entendemos que o problema da fome no mundo não se resolve apenas pelo viés técnico-científico, conforme preconizava a revolução verde da década 1960, especialmente no contexto dos países em desenvolvimento. Além disso, trata-se de problema social (estrutura fundiária), econômico (ajustes nos preços) e político (políticas de desenvolvimento sustentável), como bem apontou Josué de Castro, décadas atrás.

Os aspectos sociais, socioeconômicos e políticos são fundamentais para os estudos populacionais. Esses componentes permitem analisar o comportamento demográfico de determinado lugar em sua complexidade e explicar porque o crescimento vegetativo de um país aumentou, diminuiu, ou estabilizou-se, ou porque o número de pessoas que saíram (emigraram) de determinado país cresceu.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador usado para avaliar o grau de desenvolvimento de determinada sociedade a partir de parâmetros relacionados à educação, à saúde e à renda de um país.

Em 2019, a população mundial era de aproximadamente 7,7 bilhões de pessoas. Contudo, o crescimento econômico de uma sociedade não se reflete necessariamente em qualidade de vida para todos, e, por vezes, pode reforçar desigualdades. Assim, deve o crescimento econômico também materializar melhores condições de vida às pessoas em geral, promover melhorias de saúde e educação, ampliação da participação política dos cidadãos, preservação ambiental, equilíbrio das oportunidades e de renda, maior liberdade de expressão, etc.

O IDH é calculado por meio de três variáveis: saúde, educação e PIB *per capita* de cada país, cujos dados são recolhidos anualmente em cada nação. Portanto, o IDH reúne três elementos importantes que interferem na qualidade de vida e nas condições necessárias à expansão das liberdades: a oportunidade de uma vida longa e saudável, relacionada à saúde; a oportunidade de acesso ao conhecimento, ou seja, à educação; e, por fim, a oportunidade de usufruir um padrão de vida digno, ou seja, de gerar renda para atingir este objetivo.

O IDH evidenciou as condições de vida de vários países e permitiu visualizar quão próximas ou distantes nossas realidades se encontram do considerado ideal. Para equacionar essas diferenças, a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs, nos anos 2000, as metas do milênio, também conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Cada um dos oito objetivos abrange um conjunto de metas globais, que totalizam 21, cujo progresso deve ser acompanhado por meio de 60 indicadores. Os oito objetivos são:

1. Erradicação da fome e da miséria;
2. Universalização da educação primária;
3. Promoção da igualdade de gênero e autonomia das mulheres;
4. Redução da mortalidade infantil;
5. Melhorias da saúde materna;
6. Combate a doenças como o HIV/AIDS, malária, entre outras;
7. Garantia da sustentabilidade ambiental;
8. Estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento.

É importante salientar que, apesar do progresso — a produção e o sistema capitalista apresentam caráter privado, ou seja, independentemente da evolução atingida em diversos setores que compõem a economia e a sociedade, não está disponível a todos ou a sua maioria. Problemas como miséria, exploração extensa e intensa do trabalho, desemprego, entre outros, reproduzem-se com a ampliação da técnica. Ou seja, o progresso é conquistado por meio das desigualdades sociais, cuja manutenção é necessária para o capitalismo.

Atualmente, cada país tem seu sistema de coleta de informações demográficas, conforme parâmetros internacionais. Esses dados são unificados e comparados pela divisão de estatística da Organização das Nações Unidas (ONU), órgão responsável por compilar e disseminar estatísticas globais coletadas pelos censos, além de desenvolver padrões e referenciais para as atividades estatísticas, bem como apoiar países no fortalecimento dos seus sistemas estatísticos.

A primeira lei brasileira a recomendar recenseamentos populacionais em âmbito nacional, em um intervalo de 10 anos, foi a Lei n.º 1829, sancionada durante o Império, em 1870. Ademais, determinou que o governo deveria organizar registros relacionados aos nascimentos, casamentos e óbitos, criando, na capital, uma Diretoria Geral de Estatística (OLIVEIRA; SIMÕES, 2005). Com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1936, a partir da década de 1940 o censo demográfico passou a ser de responsabilidade dessa instituição.

No Brasil, o primeiro órgão criado para coletar dados demográficos foi a Diretoria Geral de Estatística, em 1870, a qual foi substituída, em 1936, pelo IBGE, desde então a principal entidade de coleta e tratamento de informações demográficas do país. Existem ainda outras

instituições, como a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence), a Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep) e o Instituto de Pesquisas Econômicas (Ipea).

O IBGE foi criado em 1934, e se tornou o principal provedor de dados e informações demográficas do Brasil. No que lhe concerne, a Ence foi criada em 1953 para formar estatísticos para trabalharem no IBGE e atuar na formação de profissionais nas áreas estatística e demografia. A Abep foi criada em 1976 como entidade cujo objetivo é reunir estudiosos e pesquisadores das temáticas demográficas e populacionais; criado em 1964, o Ipea é um órgão público federal que visa fornecer suporte técnico e institucional para auxiliar o governo na formulação e reformulação de políticas públicas, assim como na elaboração de programas de desenvolvimento.

Ao analisarmos a dinâmica populacional brasileira percebemos que a modernização do país impactou o modo de vida da população, afetou taxas de natalidade e fecundidade, além da mortalidade. Com isso, ao longo das décadas, o padrão comportamental da população mudou, assim como o crescimento vegetativo.

As informações atualizadas apontam que a manutenção da População Economicamente Ativa (PEA) no mercado informal e a baixa geração de renda reduzem a contribuição ao sistema previdenciário e a arrecadação fiscal. A longo prazo, a ausência desses recolhimentos pode comprometer ainda mais os investimentos nas áreas prioritárias quando o país sair do bônus demográfico e ingressar na fase de envelhecimento da população. Quanto menor é o ganho *per capita* promovido por empregos informais, baixas qualificação e escolaridade, menores são as contribuições. Assim, na próxima década, há o risco de colapso do sistema previdenciário e de saúde para a população acima de 60 anos.

## Referências

SILVEROL, Aline Carneiro; GOIS, Gabriela Rodrigues. **Geografia da população [recurso eletrônico]**. Revisão técnica de Alexandre João Appio. Porto Alegre: SAGAH, 2020.